



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3100/2025  
Data: 17/12/2025 - Horário: 16:40  
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2025

AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR O PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O FUTURO, COM FOCO NA DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE EMPREENDEDORISMO, EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CIDADANIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS, ESTABELECE DIRETRIZES PEDAGÓGICAS FACULTATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da rede pública estadual de ensino, o Programa Educação para o Futuro, com a finalidade de promover a difusão de conhecimentos básicos sobre:

- I – empreendedorismo;
- II – educação financeira;
- III – cidadania, ética, direitos e deveres sociais.

**Art. 2º** O Programa Educação para o Futuro terá caráter educacional, formativo e preventivo, visando contribuir para a formação integral dos estudantes, estimulando a autonomia, o pensamento crítico e a preparação para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS

**Art. 3º** São objetivos do Programa Educação para o Futuro:

- I – fomentar a cultura empreendedora entre os estudantes da rede pública estadual;
- II – promover noções básicas de planejamento financeiro pessoal e familiar;
- III – incentivar práticas de cidadania, participação social e responsabilidade coletiva;
- IV – contribuir para a redução da evasão escolar por meio da conexão entre educação e realidade socioeconômica;
- V – estimular competências socioemocionais, como liderança, cooperação e resolução de problemas.

CAPÍTULO III  
DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

**Art. 4º** As ações do Programa Educação para o Futuro poderão ser desenvolvidas por meio de medidas pedagógicas facultativas, a critério da Secretaria de Estado da Educação, respeitada a autonomia pedagógica das unidades escolares.

**Art. 5º** Constituem diretrizes pedagógicas do Programa:

- I – integração transversal dos conteúdos às disciplinas já existentes;
- II – realização de oficinas, palestras, projetos interdisciplinares e atividades práticas;
- III – estímulo ao protagonismo juvenil e à aprendizagem baseada em projetos;
- IV – utilização de metodologias ativas e recursos didáticos adequados à faixa etária;
- V – respeito às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Parágrafo único. A participação dos estudantes nas atividades específicas do Programa não será obrigatória, não implicando prejuízo à avaliação escolar regular.



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

CAPÍTULO IV  
DA IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS

**Art. 6º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias com:

- I – instituições de ensino superior;
- II – entidades do Sistema S;
- III – organizações da sociedade civil;
- IV – instituições financeiras públicas;
- V – entidades representativas do setor produtivo.

**Art. 7º** As ações do Programa poderão ser implementadas de forma gradual, conforme disponibilidade orçamentária e administrativa, sem criação de novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,  
17 de dezembro de 2025.

  
**FÁTIMA CANUTO**  
Deputada Estadual

Praça D. Pedro II, S/N – Centro  
Maceió/Alagoas - CEP: 57.020-000



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO**

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a instituir o Programa Educação para o Futuro, com foco na disseminação de conhecimentos essenciais sobre empreendedorismo, educação financeira e cidadania no âmbito das escolas públicas do Estado de Alagoas.

A proposta se fundamenta na necessidade de adequar o ensino público às demandas contemporâneas da sociedade, preparando os estudantes não apenas para o prosseguimento dos estudos, mas também para a vida adulta, o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania.

O ensino de educação financeira contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de planejar seus recursos, evitar o endividamento excessivo e tomar decisões econômicas responsáveis. Já o empreendedorismo estimula a criatividade, a inovação, a autonomia e a geração de oportunidades, especialmente em contextos socioeconômicos desafiadores, como os vivenciados por parte significativa da população alagoana.

A inclusão do eixo cidadania reforça valores democráticos, éticos e sociais, promovendo a participação ativa dos jovens na comunidade e o respeito aos direitos e deveres fundamentais.

Ressalte-se que o projeto não impõe obrigatoriedade, respeitando a autonomia pedagógica das escolas e a legislação educacional vigente, ao prever medidas pedagógicas facultativas e integradas de forma transversal.

Segundo dados do IBGE, mais de 50% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Informações do SEBRAE indicam que cerca de 70% dos pequenos empreendedores brasileiros não tiveram formação em educação financeira durante a vida escolar, o que impacta diretamente na taxa de mortalidade das empresas.

Assinatura manuscrita em azul.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO**

Estudos do Banco Central do Brasil apontam que aproximadamente 77% das famílias brasileiras encontram-se endividadas, evidenciando a necessidade de educação financeira desde a juventude.

Dados do INEP revelam que projetos pedagógicos voltados à aprendizagem prática e à conexão com a realidade social contribuem significativamente para a redução da evasão escolar no ensino médio.

Diante disso, a iniciativa se revela juridicamente adequada, socialmente necessária e alinhada às políticas públicas educacionais modernas, merecendo o apoio dos nobres Parlamentares.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,  
17 de dezembro de 2025.

  
**FÁTIMA CANUTO**  
Deputada Estadual